

Senado cassa Luiz Estevão, que fica inelegível até 2014

Ao final de uma sessão de quatro horas, iniciada ontem às 10h20, o Senado cassou o mandato do senador Luiz Estevão. O projeto de resolução do Conselho de Ética recebeu 52 votos favoráveis, 18 contrários e 10 abstenções. O ex-senador ficará inelegível até o final do mandato e, a partir daí, por mais oito anos

PÁGINAS 3 A 6



...Luiz Estevão o primeiro senador cassado pela própria instituição em toda sua história

A sessão de ontem trouxe ao Senado grande número de jornalistas, atraídos pela inédita deliberação que fez de...

ACORDO GARANTE APROVAÇÃO DA LDO, QUE PREVÊ SUPERÁVIT NAS CONTAS EM 2001

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001. A proposta a ser enviada à sanção presidencial prevê superávit nas contas públicas equivalente a 2,6% do PIB e aumento real do salário mínimo.

PÁGINA 9



Saturnino destacou importância da matéria, que vai à sanção presidencial

SENADORES APROVAM FUNDO PARA O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

PÁGINA 7



Machado, relator da proposta: mudança só com reforma tributária

MERCADO LIVRE PARA O PETRÓLEO SÓ COMEÇA EM 2002

PÁGINA 7

PROGRAMA ESTIMULA COOPERAÇÃO DE EMPRESAS COM UNIVERSIDADES

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto que cria o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. O objetivo é incentivar o desenvolvimento tecnológico.

PÁGINA 10

Plenário decide hoje sobre antecipação de royalties

Na mesma sessão deve ser votada, em primeiro turno, PEC que estabelece percentuais mínimos de recursos para saúde pública

O Senado adiou para hoje a decisão sobre o projeto de resolução do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que sujeita as antecipações de receitas de royalties relativos à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais apenas ao período em que o governante estiver



Projeto de Valadares sobre royalties será o primeiro na pauta

exercendo seu mandato. O projeto também determina que as antecipações além do mandato do governante só serão autorizadas para capitalizar o fundo de previdência destinado a dar cobertura a novos aposentados. O adiamento foi antecedido de longa discussão.

Relator da matéria, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que se formara um impasse, pois vários senadores desejavam alterar o projeto, que já está aprovado, precisando ter confirmada apenas sua redação final. Ele rejeitou as emendas apresentadas pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) e aceitou somente a emenda do senador José

Preocupação com acórdão do Cade leva médicos a ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu a visita, ontem, de representantes de associações e federações de médicos de todo o país. Eles foram buscar apoio do senador à mobilização contra o acórdão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que proibiu aos órgãos de classe o uso de tabelas referenciais de procedimentos médicos.

Eduardo Dutra (PT-SE) que explicita a necessidade de autorização do Senado para antecipações de receita.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) foi quem mais insistiu na necessidade de adiar a votação. "Talvez em oito horas se possa encontrar uma solução sem descaracterizar o projeto", disse ele, argumentando ser importante um consenso. Antes de anunciar o adiamento da votação, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, advertiu que não poderá haver modificação nem mesmo nas emendas apresentadas em Plenário e já rejeitadas pelo relator. "O relator já deu o seu parecer", enfatizou.

O presidente do Senado também comunicou que este será o primeiro projeto deliberado na sessão de hoje. Em seguida, em primeiro turno, o Plenário votará proposta de emenda constitucional que submete a percentuais mínimos, a serem fixados em lei complementar, os re-

ursos aplicados em saúde pública. O objetivo é aumentar o volume de recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor, e definir as fontes desses recursos. Se aprovado em primeiro turno, o texto ainda voltará a Plenário para ser discutido em três sessões ordinárias, antes da votação em segundo turno.

Em regime de urgência, será votado projeto que altera a destinação de receitas próprias decorrentes de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, visando ao financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor produtivo na área de transportes terrestres.

Também em regime de urgência, será votado projeto que destina ao setor de ciência e tecnologia recursos da compensação financeira pela utilização de recursos naturais para geração de energia elétrica.

CONGRESSO

O presidente do Senado anunciou que a sessão do Congresso destinada a comemorar os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, anteriormente prevista para hoje, foi adiada para 9 de agosto.



Antonio Carlos Magalhães recebe Edson de Andrade, da Associação Brasileira de Medicina



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 25/2000, que acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, limites e condições de autorizações; quinto dia de discussão e votação, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PLC nº 28/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica; PLC nº 29/2000, que altera a destinação de receitas próprias decorrentes de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, visando ao financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor produtivo na área de transportes terrestres; PLC nº 30/2000, que destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia; PLC nº 31/2000, que institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial; PDL nº 157/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araguaia para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Goiânia (GO); PDL nº 177/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itapetininga para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga (SP); e Requerimento nº 297/2000, da senadora Maria do Carmo e outros senadores, solicitando o sobrestamento do PLS nº 492/99.



COMISSÕES

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

Pauta: análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período 1996 a 1998; Requerimentos nºs 3/2000, do deputado João Coser, e 4/2000, do deputado Virgílio Guimarães; relatório às emendas apresentadas ao projeto de decreto legislativo que aprova as contas do governo federal de 1997; Requerimentos nºs 9/2000, do deputado Virgílio Guimarães, e 10/2000, do deputado José Priante; atas da primeira e segunda reuniões de audiência pública; parecer do deputado José Priante sobre a liberação parcial da execução dos créditos orçamentários constantes do Quadro III – Subtítulos cuja execução é vedada nos termos do art. 5º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.969/2000; pareceres sobre autorização de execução orçamentária; parecer apresentado à Mensagem nº 413/2000-CN, que encaminha o relatório de avaliação do cumprimento das metas referentes ao mês de março último, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário do governo central; e apreciação do relatório apresentado ao PL nº 1/2000 – CN, LDO/2001, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2001. *Plenário 2 – Anexo II da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

9h às 18h – Os ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente realizam esta semana debate sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), documento que orienta decisões de planejamento e uso do território nacional. *Auditório Petrônio Portella*

10h às 18h – Seminário Movimento Nacional Pró-Educação por Intermédio da Educação a Distância. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 48/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Paraense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sebastião do Paraíso (MG); PDL nº 234/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Vanguarda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba (SP); PDL nº 277/99, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Mãe de Deus para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul (RS); PDL nº 7/2000, que aprova o ato que autoriza a prefeitura municipal de Icapuí a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icapuí (CE); e PLS nº 263/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Luiz Estevão perde o mandato por quebra de decoro

Decisão do Plenário será publicada hoje no *Diário do Senado Federal* e terá vigência imediata, determinando também a perda da imunidade parlamentar e a inelegibilidade até o ano de 2014

Pela primeira vez em sua história, o Senado Federal cassou ontem o mandato de um senador. Em sessão extraordinária, o Plenário aprovou, com 52 votos favoráveis, 18 contrários e 10 ausências, projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que determina a perda do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar. Eram necessários 41 votos para que o projeto fosse aprovado.

Realizada em procedimento secreto, conforme determina o Regimento Interno do Senado, a sessão foi iniciada às 10h20 e encerrou-se às 14h22, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães. Dela puderam participar apenas os senadores, o secretário-geral da Mesa (o funcionário Raimundo Carreiro) e os dois advogados do acusado, que, no entanto, tiveram que se retirar após a defesa feita pelo próprio senador.

Durante as quatro horas da sessão, os parlamentares acompanharam os argumentos dos senadores Luiz Estevão (pelo período de uma hora), José Eduardo



A cassação de Luiz Estevão

A sessão secreta durou quatro horas e teve, além da defesa de Luiz Estevão, pronunciamentos de vários senadores

Dutra (PT-SE), Roberto Saturnino (RJ), que falou em nome do PSB, Roberto Freire (PPS-PE), Ernandes Amorim (PPB-RO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jader Barbalho (PA), que é o presiden-

te do PMDB, partido de Luiz Estevão, Ademir Andrade (PSB-PA), Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM).

A decisão do Plenário será publicada no *Diário do Senado Fede-*

ral de hoje. A partir dessa publicação, necessária para que Estevão perca efetivamente o mandato, começará a contar o prazo para o cumprimento das punições impostas pela legislação: a perda dos seis anos e meio de mandato que ainda lhe restavam e a inelegibilidade pelo período de oito anos, contados a partir do fim do atual mandato (fevereiro de 2007).

Estevão perderá também, em consequência, as prerrogativas do mandato, como a imunidade parlamentar. Dessa forma, o inquérito criminal aberto a pedido do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), poderá ser encaminhado para a Justiça Federal de primeira instância.

Estiveram presentes à sessão 80 senadores do total de 81 que compõem a Casa. Apenas o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que está licenciado já há duas semanas por motivo de saúde, conforme informou funcionário de seu gabinete, não compareceu.

Deve assumir a vaga de Estevão seu suplente, Valmir Amaral (PMDB-DF), empresário ligado à área de transportes da capital federal.

Senadores comentam a decisão inédita

A cassação do senador Luiz Estevão é uma prova de que “o Senado faz história todo dia”, declarou, à saída do Plenário, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele acredita que a decisão reforça a crença da população nas instituições democráticas e não tem nenhum rastro de linchamento ou perseguição.

— Alguém, em sua consciência, pode imaginar um complô liderado pelo Partido dos Trabalhadores, o procurador da República, Geraldo Brindeiro, membros do Judiciário de São Paulo, a Polícia Federal e a imprensa? — perguntou Dutra.

Já para o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o que houve foi exatamente “um julgamento político”. Ele observou que “todo homem público está sujeito a denúncias e dossiês”, e que o melhor seria esperar a apuração pela Justiça das denúncias contra Luiz Estevão, antes de cassar-lhe o mandato.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) acredita, entretanto, que a decisão melhora a imagem do Senado, enquanto o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse simplesmente que o resultado foi “justo e esperado”. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) classificou o processo de cassação como “os momentos mais duros e intensos vividos pelo Senado”, já que um membro da Casa foi levado “ao holocausto” para servir de exemplo a outros poderes e setores da sociedade.

De acordo com o senador Romero Jucá (PSDB-RR), o Senado respondeu “da melhor maneira possível ao que a sociedade esperava”. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) classificou a cassação como um “ato democrático e consciente”. E a senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou que a decisão do Senado baseou-se nos autos do processo e na consciência de cada um dos parlamentares.

Na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), “mais uma vez o Congresso deu o exemplo ao punir um dos seus membros; agora, cabe ao Supremo Tribunal Federal fazer a sua parte, dando prosseguimento às investigações”.

Para relatores, cassação atende anseio da sociedade

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP), relatores nas duas etapas do processo que levou à cassação do mandato do senador Luiz Estevão, evitaram fazer comentários relacionados com o teor político da sessão, lembrando seu caráter secreto, mas afirmaram que o Senado cumpriu o seu papel.

Segundo o senador Jefferson Péres, relator do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e autor do projeto de resolução recomendando a cassação, que foi o último a se manifestar durante a sessão, “o Senado fez justiça e atendeu ao clamor da nação”.

Para o senador Romeu Tuma, relator do processo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que também falou durante a sessão e considerou corretos, sob os as-



Jefferson Péres, relator no Conselho de Ética: “O Senado fez justiça”



Romeu Tuma, relator na CCJ, considerou corretos os procedimentos do Conselho de Ética



Paulo Souto, relator da CPI do Judiciário: “O Senado cumpriu seu papel”

pectos de legalidade, juridicidade e constitucionalidade, os procedimentos adotados pelo Conselho de Ética, a decisão foi importante para o Senado.

— Fica demonstrado que não está mais ao bel-prazer da autoridade pública fazer o que quer sem que seja pelo menos fiscalizada, ou que se tomem providências quando notícias de falta de decoro chegarem ao conhecimento daqueles que compõem o colegiado (no caso o Conselho de Ética) — declarou Tuma.

Também o senador Paulo Souto (PFL-BA), relator dos trabalhos da

CPI do Judiciário, que apontou a participação de empresas de Luiz Estevão nas obras superfaturadas do fórum trabalhista de São Paulo, afirmou que o Senado cumpriu seu papel, e reconheceu que existia uma grande expectativa da sociedade em relação à decisão.

— A Casa se convenceu não apenas de que os problemas empresariais do senador eram graves, mas também de que só foram parcialmente revelados por ele — afirmou Souto, que ainda avaliou como positivo o andamento que o Poder Judiciário tem dado ao caso do TRT de SP.

A RESOLUÇÃO APROVADA NA SESSÃO SECRETA

O Senado Federal resolve:

Art. 1º - É decretada a perda do mandato do Senador Luiz Estevão, nos termos do Art. 55, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, I, da Resolução nº 20, do Senado Federal.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 28 de junho de 2000.

Para entender o julgamento de Estevão

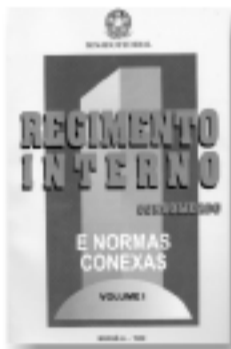
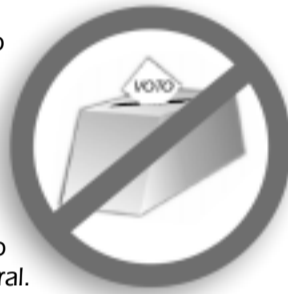
A sessão do Senado que decidiu pela perda de mandato de Luiz Estevão foi secreta por força do parágrafo 2º do artigo 55 da Constituição e da alínea b do inciso I do artigo 197 do Regimento Interno do Senado Federal.



Segundo o artigo 55 da Constituição, "perderá o mandato o senador (inciso II) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar". Foi com base nesse dispositivo, combinado com o art. 5º, I, do Código de Ética do Senado Federal, que o mandato de Luiz Estevão foi cassado.



Além de perder o mandato, Luiz Estevão ficará inelegível pelo tempo remanescente de seu mandato (que iria até fevereiro de 2007) e por mais oito anos a partir de então. A determinação é da Lei Complementar nº 81 de 1994, que alterou a "Lei das Inelegibilidades" (Lei Complementar nº 64 de 1990), de forma a ampliar de três para oito anos subsequentes ao final da legislatura o impedimento de o parlamentar cassado ser eleito. Ambas as leis regulamentam o parágrafo 9º do artigo 14 da Constituição federal.



A maioria absoluta, necessária para a perda de mandato de senador, consta da alínea c do inciso III do artigo 288 do Regimento Interno do Senado. Segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que dirimiu as dúvidas existentes sobre o assunto, a maioria absoluta é formada quando se atingir o número inteiro posterior à metade da composição da Casa. No caso do Senado, que tem 81 membros, o mínimo necessário para a maioria absoluta é o voto de 41 senadores.

Um senador só perde oficialmente o mandato quando o projeto de resolução (**veja íntegra**) for publicado no **Diário do Senado Federal**, que sai no dia seguinte à realização das sessões e reuniões da Casa. A partir daí, são retiradas as prerrogativas inerentes ao seu mandato que incluem a imunidade parlamentar, de direito material e de direito processual.



A última sessão do Senado que analisou a perda de mandato de senador ocorreu há seis anos, no dia 22 de junho de 1994. Na ocasião, o projeto de resolução da comissão especial que analisou a representação contra o então senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) recebeu apenas 27 votos favoráveis. Assim, Aragão, acusado de fazer parte de esquema de tráfico de influência que atuava junto à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, foi absolvido e a representação arquivada.

Antes de Aragão, o Senado havia realizado outras duas sessões para analisar a perda de mandato de senadores, absolvendo os acusados em ambas as ocasiões.

À decisão do Senado não cabem recursos.



CRONOLOGIA DO PROCESSO

DATA	EVENTO
25/03/1999	Requerimento propõe a criação da CPI do Judiciário, destinada a investigar, entre outros fatos, "superfaturamento, desvio de recursos públicos, enriquecimento ilícito e outras condutas ilegais na obra do Fórum Trabalhista de São Paulo"
08/04/1999	A CPI realiza sua primeira reunião.
Mai e Junho de 1999	A partir da quebra do sigilo bancário e telefônico, aparecem ligações do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto e do empresário Fábio Monteiro de Barros Filho para Luiz Estevão, além de depósitos de Monteiro de Barros para o Grupo OK.
27/05/1999	Estevão afirma em discurso que é "improcedente" a informação do jornal Correio Braziliense de que teria recebido 44 telefonemas de Nicolau dos Santos Neto.
29/06/1999	Fábio Monteiro de Barros depõe à CPI.
30/06/1999	Luiz Estevão presta esclarecimentos à CPI e nega envolvimento seu ou de suas empresas com a obra do TRT paulista.
19/11/1999	Luiz Estevão pede para sair de sub-relatoria do Plano Plurianual de Investimentos (PPA).
25/11/1999	CPI do Judiciário aprova o relatório final e envia conclusões ao Ministério Público, recomendando "o aprofundamento das investigações sobre as relações de Estevão com a obra do TRT paulista".
08/12/1999	Sete partidos entregam ao presidente do Senado representação pedindo a cassação de Luiz Estevão por quebra de decoro parlamentar.
10/02/2000	A Mesa do Senado encaminha a representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
23/02/2000	O senador Jefferson Péres é escolhido relator da representação contra Estevão.
15/03/2000	Estevão apresenta sua defesa, em sete volumes.
Abril e Maio de 2000	O Conselho de Ética determina perícia em diversos documentos apresentados por Estevão e toma diversos depoimentos arrolados pela defesa e pela relatoria.
29/05/2000	Estevão nega, em discurso em plenário, ser dono da Incal, afirmando que documento sobre a compra de 90% de ações da Incal não tem valor.
30/05/2000	O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, entrega ao presidente do Senado documentos que ligariam Estevão à incorporadora Incal.
31/05/2000	Jefferson Péres apresenta seu relatório, que conclui pela perda de mandato de Estevão por quebra de decoro parlamentar.
15/06/2000	Durante cinco horas, Luiz Estevão e dois advogados apresentam sua defesa ao Conselho de Ética, segundo a qual todos os atos questionados são anteriores ao exercício do mandato.
16/06/2000	Em reunião que acabou às 2h30, o conselho aprova relatório de Jefferson Péres com 11 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.
15/06/2000	O senador Romeu Tuma é designado relator da matéria na CCJ.
19/06/2000	Tuma apresenta seu parecer, favorável à decisão do Conselho de Ética. Agripino concede vista coletiva até as 10h do dia 21.
21/06/2000	A CCJ aprova parecer de Tuma, com 15 votos favoráveis, cinco contrários e três abstenções.
28/06/2000	O Senado resolve cassar o mandato de Estevão, com 52 votos favoráveis, 18 contrários e dez abstenções.

Ex-parlamentar diz que sua vida será destruída

Estevão negou ligação com obra superfaturada do TRT, desmentiu que tenha pressionado ou ameaçado assessores da CPI do Judiciário e contestou que tenha fornecido versões contraditórias sobre suas relações com Monteiro de Barros

Em sua defesa, que durou cerca de uma hora, o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) utilizou argumentos emocionais para sensibilizar os senadores, que, em poucas horas, decidiram pela perda de seu mandato. De acordo com informações apuradas pela Agência Senado ao fim da sessão, Estevão disse que a cassação teria a força de "destruir" a sua vida pública, familiar e sua reputação. O então senador apresentou transparências, contendo trechos dos pareceres do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), além de cópias de documentos, que, na sua opinião, comprovariam que ele não teria participado das obras superfaturadas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) paulista.



A cassação de Luiz Estevão

Ao contrário da postura adotada no Conselho de Ética e na CCJ, Estevão dispensou a defesa de seus advogados, Felipe Amodeo e Rogério Marcolini. Ele tentou minimizar o impacto do bilhete do empresário paulista Fábio Monteiro de Barros, dono da Incal Incorporações, responsável pela obra do TRT, destinado a ele e publicado na imprensa no último final de semana. Segundo Estevão, o bilhete nem sequer chegou às suas mãos e o teor da mensagem apenas representa um pedido de empréstimo normal feito por um empresário em dificuldades a outro.

Estevão afirmou que, além de abalar seus negócios, a perda do mandato impede que ele prossiga os planos de continuar defendendo seus 460 mil eleitores (votação que obteve nas eleições de 1998).

Estevão abordou outros três pontos em sua defesa. Ele rebateu as acusações de que teria feito *lobby* para liberação de verbas para a obra do TRT paulista junto à Comissão de Orçamento do Congresso ou junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Estevão negou que teria pressionado ou ameaçado funcionários e assessores da CPI do Judiciário e voltou a contestar que tenha dado versões contraditórias sobre suas relações com Monteiro de Barros.

Ele ainda buscou demonstrar que todos os fatos a que se referiram a CPI do Judiciário e o Conselho de Ética são anteriores ao exercício do mandato parlamentar.



Estevão afirmou que, além de abalar seus negócios, a perda do mandato impede que ele prossiga os planos de continuar defendendo seus 460 mil eleitores

Advogados afirmam que não está definido se haverá recurso ao STF

Os advogados de defesa do ex-senador Luiz Estevão ainda não definiram se vão recorrer ao Judiciário. Ao final da sessão que decidiu pela perda do mandato de seu cliente, o advogado Felipe Amodeo informou que a defesa ainda irá traçar uma estratégia nos próximos dias.

– Eu não vou me manifestar sobre o que aconteceu na sessão, que foi secreta. Não posso adiantar (*se vai recorrer ao STF*) – afirmou Amodeo.

Apesar de terem entrado no Plenário do Senado durante a sessão secreta, os advogados não falaram no tempo destinado à defesa, feita integralmente por Estevão. Após a defesa, os advogados se retiraram para o Cafezinho dos Senadores, sala adjacente ao Plenário, onde esperaram a decisão.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que analisou os procedimentos do Conselho de Ética quanto à legalidade, à juridicidade e à constitucionalidade, Amodeo afirmou que formalidades importantes não foram obedecidas no processo que culminou com a cassação de Estevão.

Ele reclamou na CCJ que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não observou documentos importantes apresentados pela defesa. A defesa de Estevão também tentou



Os advogados Rogério Marcolini e Felipe Amodeo ainda não definiram a estratégia

argumentar pela suspeição tanto do relator no Conselho de Ética, senador Jefferson Péres (PDT-AM), como do relator na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ambos os pedidos foram indeferidos pelos presidentes das comissões.

Quando o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) teve negado pelo presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), o pedido de inclusão de novos documentos no processo, Amodeo reagiu, alegando que a decisão de Agripino cerceava o direito de defesa.

– Ainda não definimos nossa estratégia – afirmou o advogado Rogério Marcolini à saída da sessão.

Valmir Amaral, empresário, é o suplente

Valmir Amaral, de 39 anos, é o suplente de Luiz Estevão, cassado ontem. Ele é bacharel em Ciências Econômicas e empresário. Nascido em Patos de Minas, filho de Dalmo Josué do Amaral e Ana Amâncio do Amaral, é proprietário do Grupo Amaral, composto por 11 empresas

e avaliado em R\$ 20 milhões. O grupo reúne oito empresas de transporte terrestre – que operam 200 linhas no Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins –, uma empresa de transporte aéreo, uma concessionária de motos e uma locadora de veículos.

Senadores destacam responsabilidade e consciência do dever

“Dinâmica, mas sem distúrbios.” Assim transcorreu a sessão secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, segundo o testemunho do senador Amir Lando (PMDB-RO). O sentimento reinante foi resumido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) com a seguinte frase: “Responsabilidade, tristeza e consciência do dever cumprido”.

Suplicy apontou a “forte troca de idéias” entre os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Ernandes Amorim (PPB-RO) como um dos momentos que exigiram a intervenção do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. De um modo geral, os senadores mantiveram-se concentrados no debate, evitando inclusive ligar seus telefones celulares, de acordo com o parlamentar do PT.

O senador Ernandes Amorim rebateu crítica que lhe foi feita pelo senador Roberto Saturnino, segundo o qual Amorim estaria comprometendo a imagem do Senado ao dizer que “todos os senadores tinham o rabo preso”. Amorim explicou que referiu-se à perseguição de que se sentiu vítima quando chegou ao Senado. Representação contra ele chegou a receber relatório do então senador Josaphat Marinho admitindo a tramitação do processo. Conforme o senador por Rondônia, esse tipo de “perseguição” poderia atingir outros colegas.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) rebateu a afirmação de que teria tratado do processo de cassação de Estevão em reunião que teve com o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA). Segundo ele, os dois senadores pelo Pará trataram tão-somente de assuntos de interesse do estado.

Luiz Estevão ocupou a tribuna durante uma hora para fazer sua defesa e utilizou argumentos objetivos e apelos emocionais. De acordo com o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), Estevão rebateu com clareza a acusação de que teria recebido, na condição de dono informal da Incal, o bilhete em que Fábio Monteiro de Barros lhe pedia dinheiro. Nabor qualificou essa parte, e não os apelos de ordem emocional, como a mais importante da defesa de Estevão, que, segundo ele, agiu normalmente durante a sessão.

Ney Suassuna afirmou que o depoimento de Estevão prendeu-se a aspectos emocionais. Segundo Suplicy, Estevão falou da família e se comparou a Moacir Barbosa, goleiro da seleção brasileira de 1950, responsabilizado pela derrota para o Uruguai, na Copa do Mundo daquele ano. Barbosa, falecido em abril último, dizia estar condenado a pena maior que a máxima prevista pela Justiça brasileira – 30 anos.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou o estado de ânimo de Estevão, que, segundo ele, estava abatido. Para Gilvam, pior que a perda do mandato é a derrota moral imposta ao senador. “Isso aí é um fim trágico”, afirmou. Quando o resultado foi anunciado, quase todos os senadores do PMDB prestaram solidariedade a Estevão.

ACM considera cassação um exemplo para o país

Na opinião do presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, a deliberação adotada ontem pelo Plenário deverá trazer mudanças profundas tanto na atividade política quanto no Poder Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, declarou, em entrevista coletiva dada ontem, que a cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi um exemplo para todo o país, em especial para o Poder Judiciário, alvo da CPI que terminou por provocar a perda do mandato de Estevão.

— O Senado escolheu certo. Entre preservar a instituição e a moralidade pública e ceder ao emocionalismo, que atendia o corporativismo, o Senado ficou com a ética e a decência, portanto, com a cassação. É um grande exemplo que estamos dando. Tenho certeza de que, no Brasil, não só na atividade política, mas também no Poder Judiciário, as coisas irão mudar completamente — declarou o presidente do Senado.

Antonio Carlos Magalhães não considerou a cassação de Estevão uma vitória pessoal. Para ele, ficou configurada, isto sim, a obrigação do Senado de apurar com imparcialidade as denúncias que se façam contra senadores.

— Ninguém cassa um mandato com satisfação. Não se pode ficar alegre por punir um colega. Não considero uma vitória pessoal. É uma vitória do Senado e do povo brasileiro. Como presidente da Casa, diante de uma maioria esmagadora, como foi, só posso ficar satisfeito. Respeito o voto dos que apoiaram Luiz Estevão, mas fico muito feliz que a grande maioria da Casa tenha votado em favor desses princípios de morali-



Antonio Carlos: "O Senado escolheu certo. Entre preservar a moralidade pública e ceder ao emocionalismo, ficou com a ética e a decência"

dade — disse.

O senador também avaliou que a derrota do senador do Distrito Federal não significa uma derrota do PMDB. "Isso poderia acontecer em qualquer partido. Foi acima dos partidos, não houve litígio ideológico nem partidário", sustentou. Ele enfatizou que o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), mesmo tendo adotado um ponto de vista favorável a Luiz Estevão, liberou o voto de sua bancada, considerando a decisão uma questão de consciência.

Sobre a sessão secreta, que considerou tranquila, Antonio Carlos revelou que todos os que quiseram pronunciar-se tiveram oportunidade. Pela cassação, falaram José Eduardo Dutra (PT-SE), Ro-



berto Saturnino (PSBRJ), Roberto Freire (PPS-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lauro Campos (PT-DF) e Ademir Andrade (PSB-PA). Em favor de Estevão, falaram Ernades Amorim (PPB-RO) e Jader Barbalho. Os relatores Jefferson Péres (PDT-AM), do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e Romeu Tuma (PFL-SP), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciaram-se após os outros oradores. Luiz Estevão falou por duas horas, informou Antonio Carlos.

Para ele, o que mais pesou contra Luiz Estevão foram as contradições de sua defesa, que muitas vezes não apresentava os fatos de forma fidedigna. Os "maus antecedentes" também o teriam prejudi-

cado, acredita o presidente do Senado, que decidiu votar na sessão.

Ele defendeu ainda a aprovação, pela Câmara, dos projetos que restringem a imunidade parlamentar e definem a quebra de sigilo bancário de senadores e deputados. Antonio Carlos voltou a pedir transparência e punição para os juízes envolvidos em crimes e descartou a possibilidade de algum recurso legal anular a decisão do Senado.

— Seria uma interferência indevida. Acredito que o Supremo Tribunal Federal tem o mesmo entendimento — comentou.

Com relação a Valmir Amaral, o suplente de Estevão, que também enfrenta vários processos e acusações na Justiça, o senador disse que, havendo alguma representação, será apurada. Antonio Carlos informou que o suplente só deverá ser convocado para assumir o mandato em agosto. Quanto ao senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que está sendo investigado pela Comissão de Ética, afirmou não ter opinião formada, pois desconhece os detalhes da acusação e da defesa.

Antonio Carlos Magalhães defendeu o senador Eduardo Suplicy de acusação de Luiz Estevão, feita durante a sessão secreta, de que ele teria votado uma emenda com interesses duvidosos.

— Qualquer acusação de corrupção contra Eduardo Suplicy ou sua esposa Marta Suplicy me soa como falsa — afirmou.

Decisão mostra que Senado é capaz de cassar, afirma Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez questão de esclarecer, em Plenário, que não assinou a emenda parlamentar em favor de verbas orçamentárias do exercício de 1998 para o término das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, como disse Luiz Estevão durante a sessão secreta de ontem.

— Ele mentiu quando disse que

essa emenda coletiva da bancada de São Paulo continha minha assinatura. Na verdade, o senador Romeu Tuma e 60 deputados paulistas, inclusive minha esposa,



Eduardo Suplicy rebateu acusação que Estevão fez contra ele

Marta, assinaram a emenda, mas eu não. É evidente que nenhum dos parlamentares sabia que a obra estava sob suspeita de desvio de verbas públicas. Eles assinaram de boa fé — explicou Suplicy, acrescentando que foram as mentiras de Estevão na CPI do Judiciário que levaram os senadores a decidirem pela cassação do seu mandato.

Suplicy revelou que todos os senadores sentiram o peso da responsabilidade de decidir pela perda do mandato de um senador que obteve 460 mil votos. Houve preocupação e tristeza, diante da gravidade da decisão tomada, afirmou. Mas ponderou que é bom que todos fiquem sabendo que o Senado é capaz de cassar o mandato de um senador, se ele não proceder corretamente. "O que esteve em jogo foi a decisão de Estevão de, na CPI, afirmar que não mantinha relações de negócios com a Ikal, fato mais tarde sobejamente desmentido", concluiu.

Em apartes, Ramez Tebet (PMDB-MS) e Gerson Camata (PMDB-ES) afirmaram que parlamentares assinam emendas coletivas ao Orçamento da União, para favorecer seus estados, sempre na convicção de que se trata de uma obra legítima.

Jader nega que PMDB tenha sido derrotado

O presidente nacional e líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), disse que a decisão do Senado de cassar o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) não trará prejuízos à imagem do seu partido. Para ele, seria o mesmo que "estender a motosserra de Hildebrando Pascoal (*deputado federal do PFL do Acre cassado sob acusação de comandar o crime organizado no estado*) à cúpula do PFL".

No entender de Jader, considerar que o PMDB e ele, como líder do partido, perderam com o resultado da votação é desmerecer a decisão do Senado e cometer uma injustiça contra a Casa. Jader Barbalho lem-

brou que a decisão do Senado foi a de acolher as acusações apresentadas contra Luiz Estevão, e elas não envolvem o partido.

— Essa interpretação é de uma imbecilidade, de uma indigência, de uma pobreza mental, porque liquida a decisão do Senado, amesquinha a decisão da Casa. É da minha obrigação defender a imagem da instituição à qual pertencço, portanto, eu não comungo com essa indigência mental — comentou.

Referindo-se ao seu pronunciamento durante a



Jader Barbalho explicou que, como líder, liberou os membros da bancada peemedebista a votarem de acordo com sua consciência

sessão que cassou Estevão, Jader revelou que sua manifestação foi no sentido de explicar que, como a decisão de cada senador deveria ser individual, pessoal e secreta, não caberia à liderança do PMDB orientar a bancada. Ele explicou que, depois de ouvir as razões da acusação e da defesa, caberia a cada parlamentar formar seu juízo sobre o assunto e decidir.

Aprovado fundo que universaliza telecomunicações

O projeto que cria o Fust, a ser financiado pela contribuição de 1% da receita bruta das empresas do setor, pretende garantir serviço telefônico às populações pobres, do meio rural e de regiões isoladas. A proposta foi acatada sem emendas

O Senado aprovou ontem, sem emendas, o projeto de lei da Câmara dos Deputados que cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A matéria vai à sanção presidencial. Previsto na Lei Geral de Telecomunicações, o fundo destina-se a atender à política de democratização dos serviços telefônicos e será constituído, basicamente, pela contribuição de 1% da receita operacional bruta das empresas de telecomunicações.

Conforme o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que relatou a matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a intenção da proposta é obrigar as empresas a atender às populações que não representam lucro financeiro imediato, como as comunidades de regiões isoladas, do meio rural e das periferias das grandes cidades. "São inquestionáveis a dimensão e a importância desse fundo, que vai fazer com que as empresas privadas continuem a prestar os serviços antes executados pelas estatais", afirmou o senador.

A proposta estabelece que o Fust será também financiado pelo preço público cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como condição para a transferência de concessão, permissão ou autorização de serviço, além de outras fontes.

Os recursos serão geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As políticas, diretrizes gerais e prioridades serão determinadas pelo Ministério das Comunicações, cabendo à Anatel implementar, acompanhar e fiscalizar os programas, projetos e atividades do fundo.



O Plenário durante a votação do Fust, que tem por objetivo democratizar os serviços de telefonia

Prorrogado prazo de transição para livre mercado no setor de petróleo

Foi aprovado pelo Senado projeto de lei da Câmara dos Deputados que prorroga o prazo de transição entre o regime de monopólio e o de livre mercado na comercialização do petróleo. Com a nova lei, o período de transição estabelecido pela Lei nº 9.478/97 será estendido até o final de 2001, não mais se encerrando em 7 de agosto próximo. A matéria agora vai a sanção.

De acordo com o relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Sérgio Machado (PSDB-CE), a falta de consenso em torno da reforma tributária tornou necessária a prorrogação. Segundo disse, "para que a liberação de preços do pe-



Sérgio Machado, relator: prorrogação era necessária

tróleo e de seus derivados funciona a contento, faz-se mister que a Parcela de Preços Específica (PPE) seja transformada em tributo, de modo a incidir, indistintamente, sobre o produto de origem nacional e sobre o importado livremente pelos agentes econômicos".

A PPE, explicou o senador, é um adicional cobrado pelas refinarias brasileiras na venda de gasolina e diesel às distribuidoras. Sua função é amortecer oscilações bruscas do preço do petróleo importado e alterações cambiais. Segundo o senador, a receita da PPE tem sido utilizada para cobrir subsídios ao álcool e ao frete de derivados de petróleo.

Prefeitura do Rio poderá ter empréstimo de R\$ 94,8 milhões

O Senado autorizou ontem a prefeitura do município do Rio de Janeiro a contrair empréstimo de R\$ 94,8 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a continuidade das obras de melhoria da Avenida Brasil. A matéria vai a promulgação.

Conforme o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o projeto mereceu atenção especial do presidente Fernando Henrique. De acordo com a minuta do contrato, serão liberados R\$ 20 milhões este ano, R\$ 30 milhões ano que vem, R\$ 37,6 milhões em 2002 e R\$ 7,4 milhões em 2003.



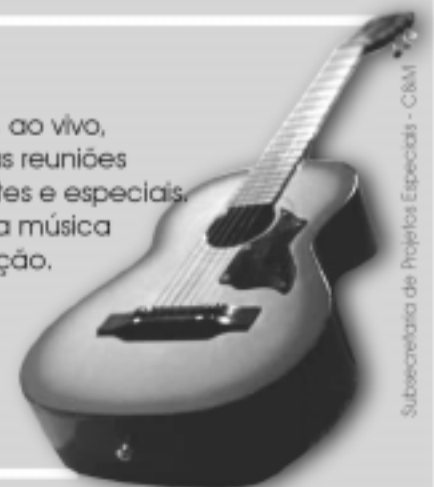
Suassuna: pedido teve apoio de Fernando Henrique

O debate e as votações
do vivo
e o melhor da Música Popular Brasileira



A Rádio Senado transmite, ao vivo, as sessões do plenário e as reuniões das comissões permanentes e especiais. Nos intervalos, o melhor da música popular, cultura e informação.

Receba o sinal da Rádio Senado pela Internet: www.senado.gov.br



Subsecretaria de Projetos Especiais - C&M

Senado 91,7 fm



José Eduardo Dutra questionou por que as condições dos financiamentos são diferentes

Hospitais universitários ganham empréstimo

Duas autorizações para que a União contrate empréstimos externos, no valor total equivalente a US\$ 5,7 milhões, foram aprovadas ontem em Plenário. Os recursos, obtidos junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinam-se ao financiamento do programa de modernização da infraestrutura das universidades federais e de seus hospitais universitários. A matéria vai à promulgação. O primeiro pedido de empréstimo foi relatado pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e refere-se ao financiamento de 15% do valor total do programa. A um custo de 6,25% ao ano, os recursos serão utilizados na compra de bens da empresa Leica Microsystems Nussloch GmbH. O segundo, relatado pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), cobre o restante do valor do programa e tem um custo de 4,6% ao ano. Durante a discussão da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) questionou a razão de as condições do financiamento serem diferentes. Na presidência da comissão, o senador Bello Parga (PFL-MA) explicou que as linhas de crédito de um banco são diferentes, variando, por exemplo, de acordo com a forma de pagamento.

Reforma fiscal e administrativa terá US\$ 505 milhões do Bird

Operação, segundo o relator, objetiva apoiar esforço em busca do melhor desempenho fiscal nos diversos níveis da Federação

Em regime de urgência, o Senado aprovou ontem autorização para o governo brasileiro contrair empréstimo de US\$ 505 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para aplicar na reforma fiscal e administrativa. A finalidade da operação é melhorar o desempenho fiscal de estados e municípios. A matéria vai à promulgação.

De acordo com o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (sem partido-PA), a operação

“objetiva apoiar financeiramente o governo brasileiro na implementação de medidas de caráter administrativo voltadas para um melhor desempenho fiscal nos diversos níveis da Federação”.

O dinheiro será liberado até o final deste ano e deverá ser pago em quatro parcelas semestrais consecutivas de US\$ 126,265 milhões, a serem desembolsadas entre julho de



Luiz Otávio foi relator na Comissão de Assuntos Econômicos

2003 e janeiro de 2005.

Na votação em Plenário, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) definiu esta como mais uma das operações que o governo realiza para pagar juros da dívida externa. Em sua opinião, o Senado não cumpre seu papel constitucional quando decide sobre esses empréstimos. Ela anunciou que o Bloco Oposição votaria contra a autorização.

Aprovadas permissões para emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos outorgando permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora à Fundação Champagnat, de Curitiba (PR); Super Rádio DM, de Domingos Martins (ES), e Rádio Paraguaçu Paulista, de Paraguaçu Paulista (SP); e Rádio Paraná FM, de São José de Ribamar (MA). Também foi aprovado decreto legislativo renovando a concessão da Fundação Cultural Riograndense, de Caxias do Sul (RS) para a exploração desse serviço. As matérias vão a promulgação.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2000

1

Projeto de Resolução nº 25, de 2000. Senador Antonio Carlos Valadares. Acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal que “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências”. Parecer sob nº 715, de 2000, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima.

Proferido Parecer de Plenário, pela CAE. Relator: Senador Osmar Dias, contrário às emendas nºs 1 e 2, e favorável à Emenda nº 3.

Resultado: A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Parecer nº 598/2000-CCJ. Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com abstenções dos senadores Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Edison Lobão e Djalma Bessa.

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 1999. Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Riograndense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 123/2000-CE. Relator: Senador José Fogaça, favorável, com abstenções dos senadores Roberto Saturnino e Jefferson Péres.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 1999. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Champagnat para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Parecer nº 125/2000-CE. Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com abstenções dos senadores Jefferson Péres e Roberto Saturnino.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2000. Aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Domingos Martins, estado do Espírito Santo, tendo parecer favorável, sob nº 707, de 2000, da Comissão de Educação. Relator: Senador Gerson Camata.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2000. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraguaçu Paulista FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo. Parecer nº 656/2000-CE. Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2000. Aprova o ato que outorga permissão à Paraná FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Ribamar, estado do Maranhão, tendo parecer favorável, sob nº 708, de 2000, da Comissão de Educação. Relator: Senador Djalma Bessa.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1997. Pedro Simon e outros. Altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal). Pareceres nºs: — 787/

97-CCJ. Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo) que oferece, com abstenção do senador Pedro Simon; e — 600/2000-CCJ. Relator: Senador Bernardo Cabral, (sobre a Emenda nº 2-Plen), pela prejudicialidade da proposta.

Resultado: Prejudicada. Ao arquivo.

9

Projeto de Resolução nº 60, de 2000. Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 2.747.507,32 euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW. Apresentado como conclusão do Parecer nº 637, de 2000-CAE. Relator: Senador Pedro Piva (*ad hoc*).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

10

Projeto de Resolução nº 62, de 2000. Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de até 484.854,23 euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau — KfW, destinada ao financiamento de 15% (parcela à vista) de contrato comercial de importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa alemã Leica Microsystems Nussloch GmbH, no âmbito do “Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários”. Apresentado como conclusão do Parecer nº 639, de 2000-CAE. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. (*ad hoc*)

Resultado: Aprovado. À promulgação.

11

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2000. Presidente da República. Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal. Pareceres, sob nºs: — 710/2000-CAE. Relator: Senador Sérgio Machado, favorável; e — 711/2000-CAS. Relator: Senador Romero Jucá, favorável, com abstenções da senadora Heloísa Helena e dos senadores Geraldo Cândido e Sebastião Rocha.

Resultado: Aprovado. À sanção.

12

Projeto de Resolução nº 67, de 2000. Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 94.870.000,00, a preços de outubro de 1999. Apresentado como conclusão do Parecer nº 709/2000-CAE. Relator: Senador Jefferson Péres.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

13

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999. Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Pareceres sob nºs: — 712/2000-CI. Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 7-CI (substitutivo) que oferece, e pela rejeição das emendas nºs 1 a 6-Plen; e — 713/2000-CAE (sobre as emendas de Plenário). Relator: Senador Lúcio Alcântara, pela rejeição. Lido e aprovado requerimento dos senadores Jader Barbalho e Edison Lobão solicitando preferência para votação do projeto. Aprovado o projeto. Ficam prejudicadas as emendas nºs 1 a 6-Plen. e 7-CI (Substitutivo).

Resultado: À sanção.

14

Projeto de Resolução nº 68, de 2000. Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — Bird, no valor equivalente a até US\$ 505.060.000, de principal, na modalidade de ajuste setorial — Reforma Fiscal e Administrativa. Apresentado como conclusão do Parecer nº 723/2000-CAE. Relator: Senador Luiz Otávio.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001

A proposta servirá de base para a elaboração do Orçamento Geral da União do próximo ano. Estão previstos no texto da lei aumentos do salário mínimo superior à inflação e das despesas do governo com ações na área de saúde

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001. A proposta, que servirá de base para a elaboração do Orçamento da União do próximo ano, prevê a realização de superávit nas contas públicas equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), além de aumento real do salário mínimo e das despesas do governo com ações de saúde.

A votação se tornou possível após celebração de acordo entre parlamentares da base governista e da oposição. Conforme o acordo, a LDO determinará que o valor do salário mínimo para 2001 terá um aumento superior à inflação do período. Também ficou aberta a possibilidade de concessão, pelo governo, de reajuste salarial aos servidores públicos.

— A base do governo avançou corajosamente na busca do entendimento — disse o relator do projeto, deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE), pouco antes da votação. “Fomos além do que o Executivo desejava e fizemos o possível para que

nossas decisões não sejam objeto de veto pelo governo”, relatou.

Líderes partidários passaram toda a tarde de ontem discutindo alterações no substitutivo que havia sido elaborado por Sérgio Guerra. A maior polêmica girou em torno do dispositivo do projeto que trata do salário mínimo. Ao final da discussão, ficou estabelecido que a lei irá prever aumento real do mínimo e que, se o Congresso Nacional considerar insuficiente o reajuste a ser anunciado no ano que vem, poderá ser aprovado projeto de crédito adicional que permita uma elevação maior do valor do salário.

De acordo com o projeto, o governo deverá incluir na proposta orçamentária de 2001 a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. O projeto original previa crescimento zero para essas despesas, que incluem o pagamento de benefícios previdenciários e gastos com pessoal. Do aumento dessa margem dependerá a dimensão do reajuste do salário mínimo, que

tem relação direta com o desempenho da Previdência Social.

Os gastos com o setor de saúde em 2001 deverão ser, segundo o projeto da LDO, equivalentes aos gastos de 1999 ampliados pelo crescimento nominal do Produto Interno Bruto (PIB) de 2000 e acrescidos de 5%. Os líderes chegaram a entendimento em torno dessa redação para poder adequar a lei ao que prevê emenda constitucional que tramita no Senado, prevendo patamares mínimos de aplicação de recursos em saúde pela União, estados e municípios.

Apesar de votar contra o projeto, o líder do PT na Câmara, deputado Aloizio Mercadante (SP), que participou da fase final de negociação, apontou “avanços” no texto acertado entre as lideranças. Entre eles, afirmou, estão a obrigatoriedade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prestar conta duas vezes por ano ao Congresso sobre a destinação de seus financiamentos e sobre a sua compatibilidade com a LDO. “A lei determinará as prioridades para a concessão de empréstimos pelo BNDES, como o estímulo às pequenas e médias empresas e ao reequipamento social do país”, afirmou.

Ao final da sessão de ontem à noite, foram aprovados pelo Congresso Nacional créditos adicionais ao Orçamento da União deste ano.



A LDO recebeu o voto favorável do Congresso na noite de ontem, após uma tarde de negociações em torno de temas polêmicos como o salário mínimo

Texto traça as prioridades do Orçamento da União

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi criada pela Constituição de 1988 e tem por objetivo estabelecer as prioridades orçamentárias para o exercício seguinte ao de sua edição. A LDO, que atua em consonância com o Plano Plurianual (PPA), orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das chamadas agências financeiras oficiais de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por força de lei, a LDO é remetida pelo Executivo ao Congresso até o dia 15 de abril de cada ano e tem de ser votada pelo Plenário até 30 de junho, para que o Congresso possa entrar em recesso no mês de julho. A LDO para 2001, a primeira a ser sancionada após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), propõe um superávit primário (receita menos despesa excluindo juros) de R\$ 35,1 bilhões, de acordo com substitutivo apresentado pelo relator da matéria na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, deputado Sérgio Guerra.

Depois de ter entrado em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO, conforme informação da as-

essoria da Comissão de Orçamento, não é apenas uma simples tarefa de distribuição de recursos entre ações, instituições ou localidades. Essa lei passou a ser um instrumento de fixação da política de captação e aplicação de recursos públicos, tendo como base o equilíbrio fiscal e o controle do endividamento.

De acordo com documento técnico da assessoria, a LDO agora expõe a política de financiamento das ações estatais, identifica as perdas potenciais e efetivas de receitas via subsídios e, especialmente, evita que decisões extra-orçamentárias passem pela discussão das leis de administração de receitas e despesas públicas e venham a produzir impactos inesperados sobre os planos de ação do governo.

A LDO trata, entre outras coisas, da limitação de gastos com serviços extraordinários e da execução orçamentária e financeira. Diz respeito também à dívida pública federal; operações oficiais de crédito; estrutura e classificação da despesa e o novo modelo orçamentário; precatórios; alterações na legislação tributária; e contingenciamento e despesas correntes e de capital dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

O QUE PREVÊ O SUBSTITUTIVO AO PROJETO DA LDO

A elaboração e execução da proposta orçamentária da União para 2001 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

1 A meta global de superávit pode ser obtida por meio de uma compensação entre os objetivos estipulados para o orçamento fiscal e para o das estatais. Ou seja, se o superávit no segundo caso for maior do que o previsto, o resultado no primeiro poderá ser um pouco menor do que o estabelecido.

2 O projeto de orçamento para 2001 conterá uma estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, entre as quais estão o pagamento de benefícios previdenciários e de vencimentos de servidores públicos. Ao definir a margem de expansão, o governo dirá em quan-

to aceita aumentar essas despesas, em termos reais.

3 A definição do valor do salário mínimo para o próximo ano estará diretamente relacionada ao eventual aumento da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, uma vez que o pagamento de benefícios de valor igual ao mínimo afeta diretamente as contas da Previdência Social.

4 O eventual contingenciamento de verbas públicas no próximo ano será repartido de forma proporcional entre os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas os cortes serão diferenciados por natureza de despesa. Os investimentos poderão ter uma margem de contingenciamento diferente da adotada para as despesas de custeio.

5 No exercício de 2001, serão aplica-

dos em ações e serviços de saúde recursos pelo menos equivalentes aos gastos em 1999, acrescidos da variação nominal do PIB em 2000 e um adicional de 5%.

6 Na elaboração de suas propostas orçamentárias, o Ministério Público da União e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário observarão como limite, para os gastos com pessoal e encargos sociais, a despesa da folha de pagamento de abril de 2000, considerando os acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e eventuais reajustes gerais a serem concedidos aos servidores públicos federais.

7 O processo de elaboração e votação do Orçamento de 2001 será amplamente divulgado pela Internet, para torná-lo mais transparente à opinião pública.



Deputado Sérgio Guerra, relator: as decisões, resultantes de acordo, não devem ser vetadas

CAE aprova estímulo à inovação tecnológica

Programa objetiva incentivar a investigação científica com participação de universidades, centros de pesquisa e setor produtivo. Já aprovada pela Câmara, a matéria será submetida à Comissão de Educação antes de ir ao Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que cria o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. O projeto tem por objetivo estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de investigação científica e tecnológica entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

O relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), afirmou que o programa é “a menina dos olhos do governo federal”, tendo sido lançado em solenidade no Palácio do Planalto. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lembrou que este é o sexto fundo proposto pelo governo para melhoria da pesquisa e desenvolvimento da tecnologia. A



Parecer de Pedro Piva favorável ao Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação foi aprovado pela CAE

proposição, já aprovada pela Câmara dos Deputados, ainda será submetida à Comissão de Educação para, posteriormente, ser votada em Plenário.

O projeto cria uma contribuição sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos,

a cada mês, a residentes ou domiciliados no exterior, a título de pagamento de *royalties* ou de contratos de transferência de tecnologia. A contribuição será destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Dos recursos arrecada-

dos, 30% serão destinados a programas de desenvolvimento tecnológico desenvolvidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na mesma reunião, os senadores da CAE aprovaram parecer favorável ao empréstimo de US\$ 8,3 milhões junto à instituição alemã M. L. W., para o projeto Reequipamento da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). A garantia do empréstimo foi dada pelo governo do estado de São Paulo. O parecer, redigido pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA), será ainda votado em Plenário.

Embora tenha votado favoravelmente, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou que o projeto tem um defeito de origem, que é o financiamento vinculado. Explicou que todos os equipamentos têm de ser comprados na Alemanha, mesmo se algum outro país oferecer o mesmo produto com qualidade dez vezes melhor e preço dez vezes mais barato. Pedro Piva concordou com Requião, mas afirmou que o projeto é meritório, uma vez que a Unesp precisa dos equipamentos.

Ao final da reunião, o presidente da CAE comunicou que, em um ano, realizou 92 reuniões, 40 a mais do que o máximo já alcançado no período pela CAE. Pedro Piva cumprimentou-o pela eficiência e correção no comando da comissão.



Para Hugo Napoleão, “ZEE representa instrumento fundamental na ordenação do território”

Napoleão pede zoneamento ecológico-econômico do país no prazo de dois anos

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) propôs a realização de um programa de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) em nível federal, em um prazo máximo de dois anos. A falta desse instrumento, entende o senador, seria um entrave ao desenvolvimento sustentável.

Os zoneamentos ecológicos regionais estão previstos no Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2000 a 2003 e são instrumentos de planejamento do uso do solo envolvendo os três níveis de governo, a iniciativa privada e entidades da sociedade civil. Em 1990, o Executivo começou um programa de zoneamento do território nacional. Deste trabalho, lembra Hugo Napoleão, esperava-se a resolução de questões relacionadas aos impactos ambientais provocados por empreendimentos de grande por-

te, indicando ações que minimizassem esses efeitos. “Mas, lamentavelmente, muito pouco se fez”, admite o senador, para quem a recente polêmica envolvendo a edição do novo Código Florestal não teria ocorrido se houvesse um zoneamento ecológico para a região amazônica.

O projeto de transposição do rio São Francisco também carece, na avaliação do líder do PFL, de um zoneamento ecológico capaz de definir as áreas potencialmente beneficiárias da obra.

— O ZEE representa, portanto, instrumento fundamental na ordenação do território, eis que busca dividi-lo por regiões ecológico-econômicas com vistas a sua gestão, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental — defendeu Hugo Napoleão.

Lando defende reorganização do Estado e do governo a serviço do interesse nacional

O senador Amir Lando (PMDB-RO) citou o seqüestro do ônibus da linha 174, no Rio de Janeiro, que terminou com dois mortos, para fazer uma análise da situação do país hoje, na sua avaliação um resultado de políticas equivocadas. Ele pregou a reorganização do Estado e do governo para a implantação de um projeto de desenvolvimento nacional, discutido com todos os segmentos da sociedade brasileira.

O senador entende que não há necessidade de novo aparato legal, mas o cumprimento dos ditames existentes, o resgate da legitimidade do governo e a colocação do Estado a serviço dos interesses nacionais, priorizando o mercado interno, a distribuição de renda e a melhoria das condições de vida da população.

— O ônibus representava fielmente o Brasil de hoje — afirmou o senador.

— Naquele ônibus seqüestrado estávamos todos nós, pagadores de passagens, indefesos, reféns, protegidos por um Estado que, do lado de fora, perdeu a mira — disse.

Amir Lando observou que o desemprego atinge índices alar-



Lando: “No ônibus seqüestrado estávamos todos nós, protegidos por um Estado que, do lado de fora, perdeu a mira”

mantes, sem que o Estado tenha instrumentos capazes de estimular a geração de ocupações produtivas, e que a concentração da propriedade rural é equivalente à da população nas cidades, tendo como resultado o vazio rural e o inchaço urbano.

— Daí a violência dos grandes centros e a falta de condições mínimas de sobrevivência de milhões de perambulantes, passageiros da agonia sob a mira do soldado e do celerado — comentou.

O senador acrescentou que, quando o Estado deixou de ser atuante na atividade produtiva, o crescimento do país não correspondeu à entrada de novos contingentes no mercado de trabalho e o desemprego “feriu de morte a cidadania, gerou o desespero e

ensejou a violência”.

As privatizações e o “alto índice de desnacionalização da economia brasileira” também foram criticados por Amir Lando, que lembrou, ainda, o crescimento da dívida pública brasileira, que chega a R\$ 498,3 bilhões, transformando o Brasil em “refém dos credores”. Como resgate, afirmou Lando, o país entrega seu melhor patrimônio, como as grandes empresas estatais.

Depois de citar a corrupção, a ajuda fraudulenta a bancos falidos, a falsificação de remédios, a compra de votos e outros escândalos, Lando disse que “não há mais Estado, não há mais governo”, daí a necessidade de que sejam remontados e reorganizados.

Hartung fala sobre projeto que regula terrenos de marinha

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) fala, em entrevista à TV Senado, sobre projeto de sua autoria que atualiza a legislação sobre os terrenos de marinha, que data de 1946. Pela legislação vigente, são terrenos de marinha sob domínio da União os 33 metros de terra



Paulo Hartung quer atualizar legislação vigente desde 1946

calculados a partir da linha do preamar médio de 1831, incluídos os terrenos acrescidos de marinha, definidos como aqueles que se

formaram, natural ou artificialmente, de aterramento de áreas litorâneas. A entrevista vai ao ar hoje, às 7h30 e 20h30.

O projeto de Paulo Hartung pretende retirar da União o domínio sobre a maior área possível dos 8 mil km de faixa litorânea, reduzindo de 33 para 13 metros a faixa litorânea a ser considerada terreno de marinha, a contar do preamar médio de 1999.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania*: Sen. Ernandes Amorim e o engenheiro agrônomo Humberto Rey falam sobre zoneamento ambiental
7h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre terrenos de marinha
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Trama no Olhar: Janela para ver
9h – *Cores do Brasil* – Turismo em Goiás Velho
9h30 – *Entrevista*: Sen. Artur da Távola fala sobre o centenário de Anísio Teixeira
10h – Sessão Plenária (vivo)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista*: Sen. Artur da Távola fala sobre o centenário de Anísio Teixeira
19h – *Cores do Brasil* – Turismo no Espírito Santo
19h30 – *Cidadania*: Sen. Ernandes Amorim e o engenheiro agrônomo Humberto Rey falam sobre zoneamento ambiental
20h30 – *Entrevista*: Sen. Paulo Hartung fala sobre terrenos de marinha
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

(reapresentação)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Carlos Bezerra apóia pedido de mais verbas para a agricultura

Senador lamenta que Brasil destine ao setor US\$ 8 bilhões por ano, enquanto países como os EUA investem US\$ 60 bilhões

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou apoio à reivindicação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) de aumento, de R\$ 8 bilhões para R\$ 20 bilhões, dos recursos para o financiamento da safra 2000/2001. Os produtores rurais também pleiteiam, conforme relatou o senador, a isenção do Imposto de Importação sobre as matérias-primas para os fertilizantes. Segundo dados da confederação, o Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais (IPP) foi elevado em 93,85%, de agosto de 1994 a dezembro de 1999, enquanto o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR) aumentou, no mesmo período, em apenas 63,54%.

– Não é razoável esperar do produtor rural que ele invista na produção e pague suas dívidas, se os preços de seus produtos estão sempre perdendo, em larga esca-



Segundo Carlos Bezerra, os preços dos produtos agrícolas não têm acompanhado os custos dos insumos

la, a corrida para os preços dos insumos – alertou o senador.

Carlos Bezerra disse que o Brasil destina um montante modesto de créditos oficiais para a agricultura. “Enquanto os Estados Unidos, por exemplo, destinam US\$

60 bilhões, o Brasil investe apenas US\$ 8 bilhões por ano”, lamentou.

Em contrapartida, afirmou o senador, no Brasil, a agropecuária representa um dos setores mais expressivos da economia, responsável por 12% do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo emprego de cerca de 18 milhões de pessoas.

– Basta dizer que o saldo positivo da balança comercial agrícola foi de US\$ 13,4 bilhões no ano passado, diminuindo consideravelmente o déficit da balança comercial brasileira, que ficou em US\$ 1,2 bilhão – afirmou.

De acordo com o senador Carlos Bezerra, o governo federal tem consciência dos problemas do setor e da necessidade de superá-los para o benefício de toda a sociedade brasileira. Segundo o parlamentar, resta a decisão política de tomar as medidas corretas e necessárias.



Os senadores Carlos Patrocínio e Casildo Maldaner (à direita) prestigiaram o lançamento

Aliar tecnologia e humanismo é a proposta de livro lançado na Biblioteca do Senado

O livro *Humanização da Sociedade – A Revolução do Terceiro Milênio*, de autoria do professor Osvaldo Della Giustina, foi lançado ontem na Biblioteca do Senado Federal. Estiveram presentes à cerimônia os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

– O ser humano precisa recobrar valores e sentimentos que estão se perdendo com a rapidez da tecnologia – afirmou Patrocínio sobre a publicação, o 10º livro

de Giustina.

A obra aborda a necessidade de capacitação do homem e sustenta que as instituições devem se sobrepor à tecnologia, garantindo melhoria na qualidade de vida. Segundo o autor, o livro deve servir de reflexão e debate, propondo a existência de organizações sociais, políticas e econômicas que atendam às aspirações profundas da população, desenvolvendo uma sociedade adequada ao mundo globalizado. “Criar um mundo humanizado é possível,

mas é preciso crer que é possível”, diz o professor.

O autor é fundador da universidade UnisuL, em Santa Catarina, já foi deputado e secretário estadual, além de secretário dos ministérios do Trabalho, Educação e Meio Ambiente. A publicação tem prefácio do vice-presidente da República, Marco Maciel.

O livro foi publicado pela Editora Litteris e tem uma edição que pode ser acessada através da Internet (www.litteris.com.br). Com 369 páginas, custa R\$ 20.

Ricardo Santos relata avanços na luta contra a violência no ES

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) relatou em Plenário a iniciativa do governo do Espírito Santo de iniciar um debate sério sobre a violência entre os jovens capixabas, com o objetivo de formular políticas públicas para combatê-la. De acordo com o senador, a ação contou com o apoio da Unesco, de prefeituras municipais da Grande Vitória, empresas de comunicação, empresários, representantes da Igreja, de ONGs e do sistema educacional do estado. Em seminários e reuniões, informou, foi debatida uma estratégia abrangente e integrada para a prevenção da violência junto à juventude.

Ele informou que o trabalho consistiu no mapeamento de toda a região metropolitana da Grande Vitória, bairro a bairro, levantando dados sobre violência entre jovens em situação de extremo risco social. A pesquisa envolveu, conforme o senador, jovens entre 15 e 24 anos, cujas famílias recebem menos de um salário mínimo, residentes em domicílios rústicos e populares, com baixo grau de escolaridade e alto índice de desemprego.

– Chegamos ao impressionante número de 32 mil jovens nessa situação, nos seis municípios da área metropolitana – revelou Ricardo Santos, acrescentando que a proposta capixaba, em síntese, visa ampliar as oportunidades de inserção do jovem no mercado de trabalho e sua participação social na comunidade.

O senador destacou a experiência inovadora no amparo ao jovem exposto à violência desenvolvida pela Rede de Solidarieda-



Santos destacou a participação de várias entidades em projeto voltado para jovens carentes

de do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefet-ES). A entidade, contou ele, vem organizando turmas especiais para jovens moradores de bairros periféricos, oferecendo cursos supletivos e profissionalizantes, além de atividades esportivas e artísticas.

Ricardo Santos informou ter encaminhado requerimento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pedindo a convocação de uma audiência pública com a presença de autoridades, especialistas e representantes de entidades interessadas no problema, para a discussão e encaminhamento de propostas de ação aos governos federal e estaduais.

– Nosso objetivo é, a partir dessa experiência inicial, em fase de implementação no Espírito Santo, ampliar o debate dentro do Senado, com vistas à concepção de um programa nacional consistente, voltado para a atenção ao jovem em situação de extremo risco social, principalmente nas regiões metropolitanas – afirmou.

Jader propõe destinação para recursos da venda de Tucuruí

Receita obtida com a privatização da hidrelétrica deve ser usada para concluir as obras das eclusas no rio Tocantins, sugere parlamentar

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentou projeto de lei que destina os recursos obtidos com a possível privatização da hidrelétrica de Tucuruí para a conclusão das obras das eclusas no rio Tocantins. O senador lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no Pará, em 1998, em solenidade pública onde disse que não faltariam recursos para a construção das eclusas. “Mas, hoje, a obra continua paralisada”, lamentou Jader.

O líder do PMDB reafirmou sua posição contrária à privatização do setor elétrico ou a qualquer outro setor que retire do Estado o poder de impulsionar o progresso econômico de uma região ou do país. Segundo ele, o projeto possibilitará abrir, no Senado, o debate sobre a privatização de hidrelétricas e questionar o ministro de Minas e Energia sobre a formatação que está sendo feita para a venda de Tucuruí. Além disso, continuou Jader, as eclusas permitiriam o desenvolvimento do transporte fluvial na região.



Jader Barbalho

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) convocou Jader a apoiar o projeto de resolução que tramita no Senado prevendo a realização de plebiscito sobre a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), ampliando-o para Tucuruí. Dutra assinalou que o que está sendo privatizado não é uma simples empresa, mas rios, que são patrimônios da comunidade. “Vossa Excelência seria um aliado poderosíssimo nessa causa”, afirmou José Eduardo Dutra.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lembrou que, além do projeto que prevê plebiscito para a privatização da Chesf, existe outro que estende o plebiscito para todas as hidrelétricas brasileiras. A senadora disse não entender como é possível que o Senado “se acovarde tanto” diante dessas privatizações. “É algo que me envergonha profundamente. Se eu fosse governadora, queria ver se algum ministro ou o presidente da República teria a ousadia de privatizar

a Chesf ou Xingó”, afirmou Heloísa Helena.

O senador José Alencar (PMDB-MG) congratulou-se com Jader e sua preocupação com o transporte fluvial. Alencar recordou que antes do início do programa de privatizações, o endividamento do Brasil era equivalente a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) e que, hoje, está próximo de 50% do PIB. E lembrou ainda que os recursos obtidos com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce representaram apenas 17 dias de juros da dívida pública.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que é incrível que o governo não ouça a própria base parlamentar. Ademir concordou com Jader e acusou o governador do Pará, Almir Gabriel, de ser incompetente, ausente e de não reunir a bancada federal para discutir as questões estaduais. Acrescentou que o projeto apresentado por Jader é bom para levantar a discussão sobre o tema, mas que não faz sentido a forma como o governo quer vender Tucuruí, pois, segundo ele, já foram gastos US\$ 11 bilhões, o governo vai gastar mais US\$ 1 bilhão para terminar a obra, e quer vender tudo por US\$ 1,5 bilhão.

Tebet registra inclusão de cidades de MS entre as bem geridas do país

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou ontem o seu contentamento pela inclusão de Coxim, Fátima do Sul e Amambaí, cidades de Mato Grosso do Sul, assim como a capital, Campo Grande, como os municípios com melhor administração no país, de acordo com pesquisa realizada em 492 municípios de todas as regiões do Brasil pelas empresas Brasmartek, IstoÉ e SBT.

O senador ressaltou que, não por coincidência, esses municípios têm suas administrações voltadas para a melhoria de condições de vida da população, priorizando as áreas de educação, saúde, transporte e habitação.

Ramez Tebet contou que, ao visitar Fátima do Sul, o prefeito Dilson

Deguti Vieira apresentou como uma de suas realizações um simples trator, utilizado na ajuda a lavradores humildes. “O prefeito não procura fazer grandes obras, mas satisfazer as necessidades da população local”, enfatizou.

Tebet elogiou o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli, considerado um dos cinco melhores prefeitos do país, por seu trabalho no campo social. Segundo o senador, o Ministério da Saúde vem reconhecendo as obras do prefeito no município, onde os postos de saúde estão abertos 24 horas por dia.

Na opinião do parlamentar, “o grande desafio para o governante é transformar a intenção em ações



Papel do administrador, diz Ramez Tebet, é “transformar a intenção em ações concretas”

concretas e esses administradores marcaram pontos positivos nesse sentido”.

Ramez Tebet disse que queria que seu discurso fosse uma mensagem para que os 5.600 municípios obtivessem os mesmos resultados. Em aparte, José Alencar (PMDB-MG) elogiou o entusiasmo que Tebet demonstra pelo seu estado, “o que contagia a todos”.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br